

**Demonstrações Financeiras**  
**Blue Ocean Embarcações S.A.**  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
com o Relatório dos Auditores Independentes

# Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

## Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço Patrimonial.....	4
Demonstração do Resultado.....	6
Demonstração do Resultado Abrangente .....	7
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstrações de Fluxo de Caixa .....	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras .....	10



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Sócios e Administradores da **Blue Ocean Embarcações S.A.**

Rio de Janeiro, RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Blue Ocean Embarcações S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Blue Ocean Embarcações S.A. em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Concentração de clientes**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, a receita da Companhia está concentrada com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, por meio de contrato de prestação de serviços. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

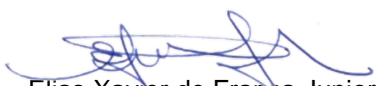
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2022.

MRU Auditores Independentes Ltda.  
CRC RJ 009.336/O



Elias Xavier de França Junior  
Contador CRC RJ 090.827/O



Raul Cacio Soncin Pimentel  
Contador CRC RJ 112.682/O

## Balanco Patrimonial - Ativo

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa	6	92	207	13.581	32.764
Contas a Receber de Clientes	8	-	-	47.054	29.372
Estoques de Materiais	7	-	-	17.473	14.690
Impostos a Recuperar	17	173	173	18.066	20.797
Adiantamentos de Despesas	16	-	-	4.658	4.243
Ativos Contratuais	9	-	-	6.720	3.559
Dividendos a Receber	10	941	-	-	-
Outras Contas a Receber	8	-	-	106	130
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>1.206</b>	<b>380</b>	<b>107.658</b>	<b>105.555</b>
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Ativos Contratuais	9	-	-	13.000	11.170
Estoques de Materiais	7	-	-	5.831	6.320
Impostos Diferidos Ativos	23	-	-	6.550	4.939
Depósitos Judiciais	18	-	-	51	18
Outros Ativos		-	-	36	
		-	-	<b>25.468</b>	<b>22.447</b>
Permanente					
Investimento	10	174.480	158.679	-	-
Intangível	11	-	-	24.430	24.110
Imobilizado	12	-	-	121.942	143.561
		<b>174.480</b>	<b>158.679</b>	<b>146.372</b>	<b>167.671</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>174.480</b>	<b>158.679</b>	<b>171.840</b>	<b>190.118</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>175.686</b>	<b>159.059</b>	<b>279.498</b>	<b>295.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balço Patrimonial - Passivo

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo</b>					
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	47.041	55.554
Obrigações Trabalhistas	14	-	-	27.803	24.856
Contas a Pagar a Fornecedores	15	-	76	3.707	4.344
Impostos a Recolher	17	1	-	5.846	3.500
Obrigações Contratuais	9	-	-	854	431
Passivo de Arrendamento		-	-	290	110
Provisão de <i>Earn-Out</i> e <i>Escrow</i>	10	-	4.818	-	4.818
Outras Contas a Pagar	15	1	-	2.032	2.628
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>2</b>	<b>4.894</b>	<b>87.573</b>	<b>96.241</b>
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	15.861	30.621
Passivo de Arrendamento		-	-	360	221
Provisão para contingências	18	-	-	20	171
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.241</b>	<b>31.013</b>
Patrimônio Líquido					
Capital Social	19	160.350	158.950	160.350	158.950
Outras Reservas	10	13.834	753	13.834	753
Reserva de Retenção de Lucros	19	1.500	(5.538)	1.500	(5.538)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>175.684</b>	<b>154.165</b>	<b>175.684</b>	<b>154.165</b>
Participação de Minoritários		-	-	-	14.254
<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>		<b>175.684</b>	<b>154.165</b>	<b>175.684</b>	<b>168.418</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>175.686</b>	<b>159.059</b>	<b>279.498</b>	<b>295.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado do Exercício

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita Líquida de Serviços	20	-	-	264.455	255.610
Custo dos Serviços Prestados	22	-	-	(229.672)	(235.810)
<b>Margem Bruta</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>34.783</b>	<b>19.800</b>
Despesas Operacionais					
Despesas Comerciais	22	-	-	(167)	(5.556)
Despesas Administrativas	22	(237)	(339)	(25.588)	(22.768)
Despesas Gerais	22	-	-	(3.344)	(2.541)
Outras receitas e despesas líquidas	22	4.817	-	7.101	2.325
		<b>4.580</b>	<b>(339)</b>	<b>(21.998)</b>	<b>(28.540)</b>
Resultado com Participação Societária					
Equivalência Patrimonial	10	3.759	(4.774)	-	-
Amortização de Mais-Valia	10	(1.298)	(6.762)	-	-
		<b>2.461</b>	<b>(11.536)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>7.041</b>	<b>(11.875)</b>	<b>12.785</b>	<b>(8.740)</b>
Resultado Financeiro Líquido					
Receitas Financeiras	21	-	85	3.755	736
Despesas Financeiras	21	(3)	(5)	(8.084)	(6.907)
	21	<b>(3)</b>	<b>80</b>	<b>(4.329)</b>	<b>(6.171)</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>7.038</b>	<b>(11.795)</b>	<b>8.456</b>	<b>(14.911)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	23	-	-	(3.029)	-
Diferido	23	-	-	1.611	2.602
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.418)</b>	<b>2.602</b>
<b>Resultado Consolidado do Exercício</b>		<b>7.038</b>	<b>(11.795)</b>	<b>7.038</b>	<b>(12.309)</b>
Participação de Minoritários		-	-	-	514
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>7.038</b>	<b>(11.795)</b>	<b>7.038</b>	<b>(11.795)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

## Demonstração do Resultado Abrangente

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício		7.038	(11.795)	7.038	(12.309)
Resultados Abrangentes de Investidas	10	27	(521)	27	(579)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>7.065</b>	<b>(12.316)</b>	<b>7.065</b>	<b>(12.888)</b>
De Controladores		7.065	(12.316)	7.064	(12.316)
De Não Controladores		-	-	-	(572)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Outras Reservas	Reservas de Lucro		Total do Patrimônio Líquido	Participa�o de Minoritários	Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital Subscrito	AFAC		Reserva Legal	Reten�o de Lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>158.150</b>	-	<b>540</b>	<b>2.671</b>	<b>3.586</b>	<b>164.947</b>	<b>15.235</b>	<b>180.182</b>
Compra de minoritários		-	-	734	-	-	734	(1.216)	(482)
Aporte de capital social	19.1	-	800	-	-	-	800	-	800
Capitaliza�o de dividendos	0	-	-	-	-	-	-	807	807
Resultados abrangentes	10	-	-	(521)	-	-	(521)	(58)	(579)
Resultado do exercício	0	-	-	-	-	(11.795)	(11.795)	(514)	(12.309)
Absor�o de prejuízo	0	-	-	-	(2.671)	2.671	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>158.150</b>	<b>800</b>	<b>753</b>	<b>-</b>	<b>(5.538)</b>	<b>154.165</b>	<b>14.254</b>	<b>168.419</b>
Compra de minoritários	10	-	-	13.054	-	-	13.054	(14.254)	(1.200)
Aumento de capital social	19.1	2.200	(800)	-	-	-	1.400	-	1.400
Dividendos deliberados	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes	10	-	-	27	-	-	27	-	27
Resultado do exercício	0	-	-	-	-	7.038	7.038	-	7.038
Reserva legal	0	-	-	-	75	(75)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>160.350</b>	-	<b>13.834</b>	<b>75</b>	<b>1.425</b>	<b>175.684</b>	-	<b>175.684</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.

## Demonstração de Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo das Atividades Operacionais</b>					
Resultado antes dos Impostos		7.038	(11.795)	8.456	(14.911)
Ajustes ao Resultado					
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	(3.759)	4.774	-	-
Amortização do Ágio		1.298	6.763	-	-
Depreciação e Amortização		-	-	28.524	41.997
Reversão de Provisões		(4.817)	-	(4.817)	-
Baixa de Imobilizado	12	-	-	275	692
Juros sobre Empréstimos	13	-	-	6.011	4.090
Provisão de Multas Contratuais	9	-	-	2	(1.031)
Provisão para Perda de Estoques	7	-	-	140	3
Provisão para Contingências	18	-	-	(151)	-
Stock Options	24	-	-	27	(309)
<b>Resultado Ajustado</b>		<b>(240)</b>	<b>(258)</b>	<b>38.467</b>	<b>30.531</b>
<b>Variações dos Ativos e Passivos</b>					
Contas a Receber		-	-	(22.264)	3.117
Estoques de Materiais		-	-	(2.434)	(1.303)
IRPJ e CSLL	23	-	-	2.301	(7.881)
Impostos a Recuperar e a Recolher		1	(7)	(253)	(1.997)
Obrigações Trabalhistas		-	-	2.947	2.159
Contas a Pagar		(76)	74	(1.649)	174
Depósitos Judiciais		-	-	(33)	160
Outros Ativos e Passivos		-	-	318	(894)
		<b>(75)</b>	<b>67</b>	<b>(21.066)</b>	<b>(6.416)</b>
Juros pagos	13	-	-	(6.390)	(3.957)
<b>Fluxo Líquido nas Atividades Operacionais</b>		<b>(315)</b>	<b>(217)</b>	<b>11.011</b>	<b>20.109</b>
<b>Atividades de Investimento</b>					
Pago por ações de investidas	10	(1.200)	(480)	(1.200)	(480)
Indenizações por contingências	10	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	12	-	-	(7.500)	(20.438)
<b>Fluxo Líquido Atividades de Investimento</b>		<b>(1.200)</b>	<b>(480)</b>	<b>(8.700)</b>	<b>(20.918)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>					
Aporte de Capital	19	1.400	800	1.400	800
Dividendos Pagos	19	-	-	-	-
Captação de Empréstimos	13	-	-	33.650	52.000
Depósitos em conta Garantia	13	-	-	(4.213)	(1.500)
Liberações de conta Garantia	13	-	-	500	892
Amortizações de Empréstimos	13	-	-	(52.831)	(26.930)
<b>Fluxo Líquido Atividades de Financiamento</b>		<b>1.400</b>	<b>800</b>	<b>(21.494)</b>	<b>25.262</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalente de Caixa</b>		<b>(115)</b>	<b>129</b>	<b>(19.183)</b>	<b>24.453</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>		<b>207</b>	<b>78</b>	<b>32.764</b>	<b>8.311</b>
<b>Saldo no final do exercício</b>		<b>92</b>	<b>207</b>	<b>13.581</b>	<b>32.764</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Blue Ocean Embarcações S.A. ("Companhia" ou "Blue Ocean") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída em 2013; no entanto, as suas atividades se iniciaram somente em 2015.

A Companhia tem como objeto social a participação no capital social, na qualidade de sócia ou acionista, de outras sociedades que atuam na fabricação de aço, alumínio ou material composto de embarcações de serviço e de lazer.

Atualmente a companhia investe na SISTAC Sistemas de Acesso S.A ("SISTAC") e SEASAFE Barcos Manufaturados S.A. ("SeaSafe").

### **SISTAC Sistemas de Acesso S.A ("SISTAC")**

A SISTAC Sistemas de Acesso S.A. ("Sistac") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na rua Vinte e Três, 428 - Gebara, Itaboraí, estado do Rio de Janeiro. Fundada em 1995, surgiu como resultado da busca para desenvolver alternativas com o objetivo de aprimorar os serviços de mergulho existentes no Brasil. No ano de sua fundação, apresentou à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a técnica de escalada industrial, por meio de diversos trabalhos experimentais. Em 1997, trouxe para o Brasil a então recém-lançada técnica de inspeção de solda por ACFM (Alternated Current Field Measurement).

Em 2005, começou a executar reparos submersos em unidades marítimas, sem interrupção da produção. Em outubro de 2007, começou a operar com mais uma técnica de acesso - o ROV (Remotely Operated Vehicle). Em 2010, apresentou seu primeiro S-DSV (Shallow Diving Support Vessel).

Em 2012 iniciou a sua atividade de Pull-in/ Pull-out e em 2013 deu início à construção da sua terceira embarcação, por forma a aumentar a sua frota de navios para prestação de serviços offshore para a indústria de OH & Gas (O&G), a qual iniciou a sua operação no mês de março de 2015.

Em 24 de janeiro de 2018, foi constituída, na Holanda, a Sistac B.V., que tem por finalidade aproveitar oportunidades de negócio e, durante 2018, adquiriu 4 LDBs (light Diving Boats) e 4 Davits (guincho hidráulico instalados nas embarcações para que os LDBs sejam colocados no mar e ao final das atividades, sejam recolhidos para o convés da embarcação). Esse equipamento está sendo utilizado pela Companhia, em suas operações no Brasil.

Durante o ano de 2018, a Companhia iniciou as atividades de mergulho saturado entre 50 e 300 metros de profundidade e de manutenção de guinchos, aumentando assim, o seu portfólio de serviços.

Durante o ano de 2019, a Companhia consolidou a operação de mergulho profundo até 200 metros e aumentou as atividades de mergulho raso, passando de 6 para 22 frentes de mergulho, contratados pela Petrobras.

### **SeaSafe Barcos Manufaturados S.A ("SeaSafe")**

A SeaSafe Barcos Manufaturados ("SeaSafe"), foi fundada em 2008 e está localizada em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, a SeaSafe é dedicada à fabricação de embarcações de serviço em alumínio naval com até 35 metros de comprimento. A Companhia está posicionada de forma estratégica em seu mercado de atuação, oferecendo a seus clientes toda a experiência necessária para a fabricação de contêineres, caixas de transporte de material e outros equipamentos para área offshore, executando também projetos sob encomenda e prestando serviços técnicos de alta competência e qualificação em alumínio. Existe um contrato ativo de prestação de serviços, no qual os colaboradores da SeaSafe prestam serviços de apoio e manutenção nos portos aos barcos da Sistac.

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto Operacional (Continuação)

### 1.1. COVID 19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da Covid-19 uma pandemia mundial e autoridades governamentais em várias jurisdições impuseram lockdowns e restrições preventivas para conter o vírus, reduzindo a atividade operacional de inúmeros setores.

Governos ao redor do mundo anunciaram medidas que preveem tanto assistência financeira, como não financeira aos setores econômicos interrompidos e organizações empresariais afetadas. No Brasil, os poderes Executivo e Legislativo publicaram vários atos normativos para, além de prevenir e conter a pandemia, mitigar os impactos na economia, como adiar pagamentos de impostos e taxas.

Embora o impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda seja incerto, algumas indústrias foram severamente afetadas pela redução na demanda por serviços e bens.

A Sistac presta serviços de inspeção, manutenção e reparo para o setor de Óleo e Gás, os quais foram estabelecidos como atividades essenciais pelo governo brasileiro nos termos do Decreto no 10.282/2020.

Devido a isso, não sofreu interrupção de suas atividades e limitou os efeitos negativos da Covid-19 nos resultados da Companhia nos últimos nove meses de 2020. A Companhia não prevê qualquer impacto material em seu desempenho no longo prazo, uma vez que a economia global deverá se recuperar gradualmente nos próximos anos.

#### Ações preventivas

Desde março de 2020, a Sistac vem implementando diversas medidas e protocolos para garantir (i) a saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores, clientes e parceiros, (ii) a continuidade de todas as suas operações e (iii) a solidez financeira e resiliência de seus negócios como apresentados abaixo:

**Segurança da força de trabalho:** • Rotina de trabalho remoto para a equipe administrativa; - Isolamento físico de funcionários operacionais com mais de 60 anos, com exceções controladas; • Extensas restrições a viagens proibindo viagens internacionais (desde março) e limitando viagens domésticas a movimentos críticos para os negócios; • Eventos internos não essenciais foram cancelados ou adiados; • Foi proibida a participação de funcionários em eventos externos; • As reuniões presenciais são proibidas e devem ser realizadas remotamente; • Visitas de terceiros não essenciais aos negócios às operações e instalações da empresa são proibidas, com exceções controladas; • Medidas de higiene reforçadas e uso de máscaras obrigatório; • Período de quarentena obrigatório até a recuperação total em caso de contaminação do funcionário ou contato direto com pessoas infectadas; • Medidas mais rígidas para colaboradores de atividades offshore (monitoramento, isolamento e testes covid pré-embarque); e • Outras medidas de contenção de acordo com o protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde do Brasil.

**Continuidade de negócios:** • Testes Covid-19 em todas as operações Off shore; • Quarentena para funcionários sintomáticos e infectados (casos notificados); • Campanha de comunicação interna e externa; • Rotina monitorada de trabalho remoto (saúde mental, adesão, produtividade, engajamento, Liderança, etc), e • Protocolo de SMS com medidas de proteção e planos de contingência (ações para casos suspeitos / confirmados, uso de máscaras, medição obrigatória de temperatura, e outros itens incluídos na segurança da força de trabalho).

Além disso, um comitê de crise Covid-19 foi criado para gerenciar riscos e respostas em alinhamento com os interesses de todas as partes interessadas.

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto Operacional (Continuação)

### 1.1. COVID 19 (Continuação)

#### Impactos na preparação das demonstrações financeiras

##### a) Liquidez

Em 31 de dezembro de 2021, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, totalizaram R\$ 13.485. Ao longo de 2021, a Companhia assinou contratos de financiamento denominados em reais, totalizando R\$ 33,672, para reforçar a liquidez de curto prazo e agir preventivamente, buscando precaver-se da potencial volatilidade do mercado causada pela crise da Covid-19 no mercado global.

A Companhia também implementou outras medidas de austeridade, como diferimentos no pagamento de impostos, de acordo com os incentivos do governo e rodadas de renegociação de contratos com fornecedores chave, sendo capaz de conseguir descontos, alongamento de prazos de pagamento, diferimento de despesas e redução de índices de reajustes contratuais.

##### b) Covenants

A Companhia tem algumas cláusulas restritivas, que são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Nenhuma dessas cláusulas foram significativamente impactadas ou alteradas como consequência da COVID 19.

##### c) Perdas esperadas de crédito

Em vista do cenário atual de incertezas econômicas causadas pela pandemia de Covid-19 e em conformidade com os Memorandos Circulares CVM/SNC/SEP/ no 02/2020 e no 03/2020, a Companhia revisou as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas e não observou aumento na inadimplência dos clientes, nem no prazo de recebimento, devidos ao surto. Vale ressaltar que a Administração continua monitorando o cenário econômico e avaliando os possíveis impactos que podem afetar o desempenho da Companhia e consequentemente a mensuração das perdas estimadas.

##### d) Redução ao valor recuperável dos ativos

Até o momento, a pandemia não causou alterações nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia. A Administração continuará monitorando cuidadosamente as flutuações de curto prazo nas premissas macroeconômicas relacionadas aos impactos do Covid-19 ao aplicar o custo médio ponderado de capital da Companhia.

##### e) Operações de arrendamento

A Companhia possui operações de arrendamento que compreendem suas bases operacionais e salas comerciais. Conforme item 47 do pronunciamento técnico CPC 06 R2, os arrendamentos estão representados na nota explicativa 12.

##### f) Continuidade

A Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Como mencionado previamente, a Companhia fez testes de stress em inúmeros cenários e tem implementado inúmeras ações para garantir a continuidade dos negócios e, neste momento, o surto ainda não causou alterações nas circunstâncias que indicariam um risco de continuidade.

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022.

### 2.2. Base de elaboração

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

### 2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

Controladas	Relação	Percentual Participação	
		31/12/2021	31/12/2020
SEASAFE Barcos Manufaturados S.A. ("SeaSafe")	Direta	100,00%	100,00%
SISTAC Sistema de Acesso S.A. ("SISTAC")	Direta	100,00%	90,00%
Sistac B.V. ("SBV")	Indireta	100,00%	90,00%

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação (Continuação)**

#### **2.4. Conversão de moeda estrangeira**

##### **a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (“a moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### **b) Moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações financeiras são aquelas não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

### **3. Sumário das políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **3.1. Ativos financeiros**

A Companhia adotou a partir de 10 de janeiro de 2018 o CPC 48/IFRS 9 que estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

##### **a) Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

##### **b) Reconhecimento e mensuração**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

#### 3.1. Ativos financeiros (Continuação)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

#### d) *Impairment* de ativos financeiros

##### Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a esse decréscimo puder ser relacionado objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

#### 3.1. Ativos financeiros (Continuação)

##### **Ativos classificados como disponíveis para venda**

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

#### 3.2. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

No corrente exercício econômico a Companhia não evidencia quaisquer atividades com instrumentos financeiros derivativos ou de hedge.

#### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Em situações em que haja contas garantidas, a demonstração é classificada no balanço patrimonial como "Empréstimos". Quando o vencimento for superior a 12 meses, após a data do balanço, a classificação é feita no passivo circulante ou não circulante.

#### 3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito. A Companhia não tem histórico de perdas relativas a recebimento de serviços realizados, na prática a Companhia tem acordado com seus clientes o recebimento entre 30 e 90 dias. Dessa forma, a provisão para perda esperada de créditos é muito baixa ou inexistente devido a evidência objetiva de que a Companhia tem de que receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber sem que haja perda de valor.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

#### 3.5. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### 3.6. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### 3.7. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o do “custo médio ponderado”. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

#### 3.8. Arrendamentos

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 10 de janeiro de 2019. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na restauração do ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

#### 3.8. Arrendamento (Continuação)

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os seguintes:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando os índices ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço do exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso no "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "Passivo de arrendamentos" no balanço patrimonial.

#### Arrendamentos de ativos de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### 3.9. Ativos intangíveis

##### a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Sumário de políticas contábeis (Continuação)**

#### **3.10. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, o que não se verificou na Companhia até à presente data. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixada para resultado no ato da substituição. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, bases de apoio às operações. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas)" na demonstração do resultado.

#### **3.11. Impairment de ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração avaliou e não identificou, no final do período de reporte, alguma indicação de que um dos seus ativos não financeiros possa ter sofrido desvalorização.

#### **3.12. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Sumário de políticas contábeis (Continuação)

#### 3.12. Provisões (Continuação)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

#### **ICPC 22/IFRIC 23 — Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

O ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não sendo provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto adotado, tal incerteza deve ser refletida na contabilização do tributo sobre o lucro no período. A Administração não identificou impactos na Companhia referente a adoção do ICPC 22/IFRIC

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Sumário de políticas contábeis (Continuação)**

#### **3.14. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

##### **a) Prestação de serviços**

A Companhia presta uma variedade de serviços, conforme descrito na tabela abaixo, que também fornece informações sobre a natureza, a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas:

Tipo de Serviço: **Mergulho:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos até SOm de profundidade, por meio de mergulhadores; **Embarcações:** apoio marítimo para a execução de atividades de mergulho e intervenções com uso de ROV; **Escalada:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção através de escalada industrial; **Pull In/Pull Out:** Serviços de conexão e fixação (pull in) e desmobilização (pull out) de dutos fixos em unidades estacionárias de produção. **ROV:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos com a utilização de ROVs (Remote Operated Vehicle); **Manutenção de Guinchos:** Serviços de inspeção, manutenção e reparo em guinchos; **Mergulho Profundo:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos entre SOm e 300m de profundidade, por meio de mergulhadores em saturação; **Outros:** Demais serviços.

##### **Natureza, época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento:**

- As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição dos serviços contratados.
- A medição é validada pelo cliente e reconhecida no resultado.
- Os valores são recebidos em até 30 da data do faturamento para Petrobras e em até 60 dias da data do faturamento para outros clientes.
- No caso da Petrobras, existem ativos de contrato oriundos de retenção contratual que são reconhecidos no circulante e na não circulante pelo seu valor presente, conforme descrito na Nota 8.

##### **Reconhecimento da receita conforme CPC 47 (IFRS 15):**

- O reconhecimento da receita ocorre diariamente mediante preenchimento de Relatório Diário de Operação (RDO).
- O estágio de conclusão para determinado valor da receita a ser reconhecida no período é avaliado com base em medições do serviço realizado, que consolidam os RDOs do período.
- O valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.
- A receita de serviços a faturar corresponde a receita de serviços efetivamente prestados, cujos recebimentos são incondicionais e os documentos fiscais ainda não foram emitidos ao cliente

Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado ou, com base em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre menos de um ano e até quatro anos. A Administração analisa os contratos de serviços, conforme abaixo:

- Os Faturamentos são realizados com base em relatórios de medição mensal aprovados pelos clientes;
- Os materiais utilizados na prestação de serviço são de propriedades da Sistac e não são entregues aos clientes;
- No caso de rescisão de contrato, a Sistac recebe pelos serviços executados e aprovados até o momento da rescisão do contrato;
- A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente;
- Todas as receitas são provenientes de contratos de prestação de serviços por preço fixo e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

#### 3.14. Reconhecimento da receita (Continuação)

• Os contratos com a Petrobras possuem clausula de retenção, ou seja, o serviço é prestado e existe um valor a receber incondicional, mas a Petrobras pagará o respectivo montante apenas no final do contrato. Essas retenções são consideradas pela Petrobras como uma forma de garantia para possíveis eventos de inadimplência de encargos sociais e são calculadas com base em um percentual aplicado sobre o valor faturado, conforme descrito na nota explicativa 9. Esses ativos de contrato são reconhecidos no ativo circulante e no ativo não circulante e são ajustados no final do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

#### b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 3.15. Benefícios a empregados

##### a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### b) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento.

O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O plano de opções de ações da Companhia tem como característica o pagamento dos vestings antecipados, os quais foram pagos integralmente no momento da outorga e esse valor equivalia ao valor justo das opções, dessa forma não há registro de valor de mercado das ações por não caracterizar perda para os acionistas da Companhia.

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)**

#### **3.16. Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### **3.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

Caso existam e seja expectável o seu pagamento, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### **3.18. Normas e interpretações ainda não adotadas**

Um série de novas normas serão efetivas para o exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

##### **a) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.**

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

##### **b) Alterações ao IAS 1 e IFR.S Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

##### **c) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, assim como as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão contempladas a seguir.

#### 4.1. Imposto de renda, contribuição social

A Companhia e suas controladas está sujeita ao imposto sobre a renda, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a respectiva provisão. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos (caso existam) no período em que o valor definitivo é determinado.

#### 4.2. Provisão para riscos trabalhistas

A Companhia é parte em dois processos judiciais trabalhistas. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de risco é feita mediante parecer de advogados externos.

#### 4.3. Depreciação e amortização

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

#### 4.4. Instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### 4.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (*impairment test*)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: imobilizado e intangível. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto para o ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Instrumentos financeiros

#### 5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas subsidiárias as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada centralmente, segundo as diretrizes da Administração, as quais orientam quanto à avaliação e proteção da Companhia e suas subsidiárias contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

#### a) Risco de mercado

##### Risco cambial

Ainda que a totalidade dos seus serviços sejam prestados em território nacional, a SISTAC efetua parte de suas compras no mercado internacional e, portanto, está exposta ao risco cambial. Os principais desembolsos ocorrem nas seguintes moedas: dólar dos Estados Unidos (USD), euro (EUR), libra esterlina (GBP) e coroa norueguesa (NOK). Para fazer frente a estes desembolsos e reduzir sua exposição, a Sistac possui parte de seus contratos de receita reajustados mensalmente pelo dólar dos Estados Unidos (USD) pela taxa Ptax do Bacen. O risco cambial ocorre quando operações futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Administração estabeleceu diretrizes que exigem que a Companhia e suas subsidiárias administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia possuía ativos ou passivos financeiros registrados em moeda estrangeira em seu balanço em volumes imateriais, principalmente Caixa e Fornecedores na controlada Sistac B.V.

##### Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Sistac possui aplicações financeiras que são remuneradas a partir das taxas de juros vinculados à taxa de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Além disso, também possui empréstimos e financiamentos cujas taxas de juros também são referenciadas no CDI, portanto pós-fixados. Os empréstimos com taxas pré-fixadas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Sistac não possui empréstimos com taxas pré-fixadas. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São equacionados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, definindo a Companhia uma mudança razoável na taxa de juros e avaliando o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados para os ativos e passivos que representam as principais posições com juros.

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores considerados relevantes, a Companhia analisa o risco de crédito de cada cliente. As análises de risco de crédito são realizadas periodicamente, consideram dados específicos disponíveis em mercado e, em função da relevância de cada cliente, são feitas de forma segmentada para o principal cliente (Petrobras) e demais clientes. A Administração não espera nenhuma perda material decorrente de inadimplência dos clientes. Também não existe histórico na Sistac de descumprimento por parte de qualquer cliente. A Companhia mantém seus investimentos em bancos e instituições financeiras de primeira linha, aplicando majoritariamente em fundos lastreados em títulos do tesouro nacional.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Instrumentos financeiros (Continuação)

#### 5.1. Fatores de risco financeiro (Continuação)

##### c) Risco de liquidez

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as previsões de necessidade de fluxo de caixa para assegurar a existência de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Estas previsões levam em consideração, nomeadamente, os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas subsidiárias.

O excesso de caixa mantido pela Companhia e suas subsidiárias, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos adequados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A Companhia e suas subsidiárias mantinham fundos de curto prazo de no montante de R\$ 13.581 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 32.764 em 31 de dezembro de 2020) e outros ativos líquidos de R\$ 47.054 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 29.372 em 31 de dezembro de 2020) o qual se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Identificamos que os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos, por faixa de vencimento, que a totalidade do valor constante na conta de Fornecedores, a qual representa R\$ 3.707 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.344 em 31 de dezembro de 2020) os quais vencem num prazo menor que um ano. Este prazo corresponde ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

A conta de Empréstimos e Financiamentos representa R\$ 62.902 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 86.175 em 31 de dezembro de 2020).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela a seguir são os montantes dos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a Pagar a Fornecedores		-	76	3.707	4.344
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	50.954	55.554
<b>Menos de 1 ano</b>		-	76	<b>60.184</b>	
Contas a Pagar a Fornecedores		-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	-	25.791
<b>Entre 1 e 2 anos</b>		-	-	<b>25.791</b>	
Contas a Pagar a Fornecedores		-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	11.948	4.830
<b>Entre 2 e 3 anos</b>		-	-	<b>4.830</b>	
Contas a Pagar a Fornecedores	13	-	76	-	4.344
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	-	86.175
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>76</b>	<b>66.609</b>	<b>90.519</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Instrumentos financeiros (Continuação)

#### 5.1. Fatores de risco financeiro (Continuação)

##### d) Análise de sensibilidade

A Administração identifica para cada risco de mercado a qual a companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2021. Para cada situação identificada, a Administração define um cenário provável com base na informação disponível na data do balanço e considerando um cenário temporal de 3 meses.

Adicionalmente, apresenta dois cenários nos termos determinados pela CVM na referida instrução: (i) um cenário identificado como "possível" com deterioração e valorização na cotação da variável de risco de 25% em relação ao cenário provável, e (ii) outro cenário identificado como "remoto" com deterioração e valorização na cotação da variável de 50% em relação ao cenário provável.

O quadro a seguir apresenta, para cada situação, o efeito na variação da taxa de juros no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações contábeis individuais e consolidadas contendo tal análise.

	<u>Fator de Risco</u>	<u>Montante</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II Possível</u>	<u>Cenário III Remoto</u>
Cenário Taxa de Juros			11,75%	14,69%	17,63%
Aplicações Financeiras	CDI	13.403	1.575	1.968	2.362
Empréstimos e Financiamentos	CDI	68.615	8.062	10.078	12.093
<b>Efeito Líquido no Resultado</b>			<b>9.637</b>	<b>12.046</b>	<b>14.455</b>

A análise de sensibilidade apresenta a simulação de alterações no fator de risco taxa de juros (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% no fator de risco (taxa de juros - CDI), respectivamente.

Para o risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 11,75%, considerando taxa média anual prevista pelo relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 07 de janeiro de 2022.

#### 5.2. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Instrumentos financeiros (Continuação)

#### 5.2. Gestão de Capital (Continuação)

Em 2020, em função das mobilizações dos novos contratos teve como estratégia da Companhia aumentar o índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos	13	-	-	62.902	86.175
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(92)	(207)	(13.581)	(32.764)
Dívida líquida		<b>(92)</b>	<b>(207)</b>	<b>49.321</b>	<b>53.411</b>
Patrimônio líquido		175.684	154.165	175.684	168.419
Patrimônio líquido e dívida líquida		<b>175.592</b>	<b>153.958</b>	<b>225.005</b>	<b>221.830</b>
<b>Coefficiente de alavancagem</b>		<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>22%</b>	<b>24%</b>

#### 5.3. Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

<u>Instrumentos Financeiros</u>	<u>Categoria e forma de mensuração</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Valor Justo por meio do resultado
Parte relacionada - Arrendamento	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Custo amortizado

Os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo, caso existam, são avaliados utilizando diferentes métodos de avaliação, os quais correspondem a diferentes níveis, definidos como segue:

- **Nível 1**- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Bancários	92	207	178	554
Aplicações Financeiras <sup>(a)</sup>	-	-	13.403	32.210
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>207</b>	<b>13.581</b>	<b>32.764</b>

a) As aplicações financeiras apresentam elevado grau de liquidez e baixo risco financeiro, sendo o seu saldo, em sua maior parte, representado por certificados de depósitos bancários CDB ou fundos de investimentos mantidos, e tendo como média 95,04% do CDI, em 31 de dezembro de 2021 (65,54% do CDI em 31 de dezembro de 2020), em instituições de primeira linha.

### 7. Estoques de Materiais Consumíveis

O saldo de estoques de materiais consumíveis encontra-se demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e Peças de Reposição <sup>(a)</sup>	8.273	6.801
Materiais Hidráulicos e Pneumáticos	2.537	2.414
Materiais Elétrico e Eletrônico	2.857	2.480
Outras Matérias Primas	151	151
Ferramentas e Acessórios <sup>(a)</sup>	1.387	1.457
Utensílios e Materiais Consumíveis	4.558	5.502
Produtos Acabados <sup>(b)</sup>	503	503
Outros	3.245	1.769
<b>Estoques</b>	<b>23.511</b>	<b>21.077</b>
Provisão para ajuste a valor de mercado <sup>(b)</sup>	(207)	(67)
<b>Total</b>	<b>23.304</b>	<b>21.010</b>
Curto Prazo	17.473	14.690
Longo Prazo	5.831	6.320

a) A companhia possui em seus estoques ferramentas e peças de reposição de uso interno que, apesar de possuírem vida útil inferior a um ano, são exigências contratuais ou itens de garantia operacional, e por isso apresentam giro de estoque superior a 1 ano. Por esse motivo esses itens são apresentados como estoques consumíveis de longo prazo.

b) Refere-se principalmente a uma embarcação construída pela SeaSafe A-2612. Em 2021 a Empresa reconheceu uma perda ao valor recuperável de R\$ 140 (R\$ 3 em 2020) para esta embarcação e outros itens de estoque.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Contas a Receber**

Em 31 de dezembro de 2021, a concentração de clientes em relação ao contas a receber era de 50% composto pela Petrobras (88% em 31 de dezembro de 2020).

**8.1. Contas a Receber de Clientes**

O contas a receber segregado por segmento e prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Mergulho <sup>(a)</sup>	26.474	13.222
Embarcações	8.906	4.936
Serviços <i>Top-Side</i>	5.451	6.810
Mergulho Saturado	6.223	4.404
<b>Total</b>	<b>47.054</b>	<b>29.372</b>
A vencer em até:		
Vencidos	582	-
De 1 a 30 dias	46.252	29.369
De 31 a 90 dias	220	3

a) As variações do contas a receber do segmento de mergulho ocorreram devido a uma concentração de serviços prestados nos últimos meses do ano nos serviços spot.

Do montante que compõem as contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2021, um total de R\$ 8.944 (R\$ 641 em 31 de dezembro de 2020) corresponde a serviços prestados, que já possuem boletins de medição aprovados pelos clientes e já estavam faturados, outros R\$ 38.110 (R\$ 32.290 em dezembro de 2020) correspondem a serviços prestados, que já possuem boletins de medição aprovados pelos clientes, porém não estavam faturados.

A Administração analisa os contratos de serviços confirmando que:

- Os faturamentos são realizados com base em relatórios de medição mensal aprovados pelos clientes;
- Os materiais utilizados na prestação dos serviços são de propriedades da Sistac e não são entregues aos clientes;
- Os serviços são contínuos e diários, ou seja, os clientes se beneficiam do desempenho da Sistac à medida que essa executa o serviço e simultaneamente consome esse benefício à medida que são recebidos;

Em relação a provisão para perda esperada, a Companhia efetuou suas análises históricas e prospectivas, e não identificou necessidade de efetuar provisões. Vale ressaltar que a Sistac não possui saldo de contas a receber vencido e todos os saldos a vencer tem perspectiva de recebimento dentro do prazo médio definido nas políticas da Companhia.

**8.2. Outras Contas a Receber**

Os saldos de outras contas a receber da companhia estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Reembolsos de clientes a receber	106	120
Outras contas a receber	-	10
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>130</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Ativos e Obrigações Contratuais

Direitos e obrigações referentes aos contratos de serviços de serviços.

#### 9.1. Ativo de Contratos – Retenções contratuais

Contratualmente a Petrobras retém como caução, nos recebimentos das notas fiscais de serviço, percentuais entre, 1,93% e 4,18%, para eventos de inadimplência de encargos sociais que venham a ocorrer com os funcionários da Sistac. Esses valores são devolvidos ao final dos contratos, caso não ocorram contingências.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 de ativos de contratos estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Mergulho	6.720	5.460
Embarcação	5.290	3.376
Mergulho profundo	3.396	2.333
Pull-in / Pull-out	3.151	1.246
Escalada	720	407
Manutenção de guincho	-	234
Outros	443	1.673
<b>Total</b>	<b>19.720</b>	<b>14.729</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.720</b>	<b>3.559</b>
<b>Não circulante</b>	<b>13.000</b>	<b>11.170</b>

#### 9.2. Obrigações Contratuais

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 de Obrigações Contratuais estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Obrigações contratuais	852	429
Provisão para multas contratuais <sup>(a)</sup>	2	2
<b>Total</b>	<b>854</b>	<b>431</b>

a) Estimativas de multas previstas nos contratos de afretamento de embarcações.

A movimentação em 2021 e 2020 das provisões de multas contratuais está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>2</b>	<b>1.072</b>
Provisões	-	-
Liquidações	-	(39)
Reversões	-	(1.031)
<b>Saldo Final</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Investimento

A Blue Ocean possui participação em duas controladas: SISTAC Sistemas de Acesso S.A (“SISTAC”) e SEASEFE Barcos Manufaturados S.A (“SeaSafe”), ambas adquirida em dezembro de 2015.

A movimentação dos saldos de investimentos em controladas em 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	<u>SISTAC</u>	<u>SEASAFE</u>	<u>Total</u>
Equivalência Patrimonial	125.556	(4.885)	120.671
Mais-Valia e <i>Good Will</i>	38.165	4.030	42.195
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>163.721</b>	<b>(855)</b>	<b>162.866</b>
Participação	89,18%	100,00%	
Compra de ações <sup>(a)</sup>	1.214	-	1.214
Capitalização de saldo de dividendos <sup>(c)</sup>	6.657	-	6.657
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.624)	(150)	(4.774)
Resultado abrangente	(521)	-	(521)
Amortização de mais-valia de ativo fixo	(1.281)	(17)	(1.298)
Amortização de mais-valia de contratos	(5.465)	-	(5.465)
Equivalência Patrimonial	128.282	(5.035)	123.247
Mais-Valia e <i>Good Will</i>	31.419	4.013	35.432
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>159.701</b>	<b>(1.022)</b>	<b>158.679</b>
Participação	90,00%	100,00%	
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.961	(202)	3.759
Resultado abrangente	27	-	27
Dividendos Mínimos Obrigatórios	(941)	-	(941)
Compra de ações <sup>(b)</sup>	14.253	-	14.253
Amortização de mais-valia de ativo fixo	(1.281)	(17)	(1.298)
Amortização de mais-valia de contratos	-	-	-
Equivalência Patrimonial	145.583	(5.237)	140.346
Mais-Valia e <i>Good Will</i>	30.138	3.996	34.134
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>175.721</b>	<b>(1.241)</b>	<b>174.480</b>
Participação	100%	100%	

a) Referente a compra de 0,82% de participação da SISTAC.

b) Referente a compra de 10,0% de participação da SISTAC.

A movimentação do saldo de dividendos a receber de investidas em 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Saldo Inicial</b>	-	<b>6.657</b>
Dividendos Mínimos Obrigatórios	941	-
Capitalização <sup>(c)</sup>	-	(6.657)
<b>Saldo Final</b>	<b>941</b>	-

c) Em AGE de 31/7/20 a investida aprovou o aumento de capital utilizando os saldos de dividendos em aberto.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Investimentos (Continuação)

Os principais saldos da controlada estão demonstrados a seguir:

Balança Patrimonial	SISTAC		SEASAFE	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante	111.233	105.123	605	729
Ativo não Circulante	144.401	159.420	425	367
Exibilidades	110.049	122.007	6.267	6.131
Patrimônio Líquido	145.585	142.536	(5.237)	(5.035)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Margem Bruta	35.999	21.089	82	(15)
Despesas Operacionais	(26.304)	(22.598)	(274)	(145)
Resultado Financeiro	(4.316)	(6.231)	(10)	(21)
<b>Lucro antes dos Impostos</b>	<b>5.379</b>	<b>(7.740)</b>	<b>(202)</b>	<b>(151)</b>
Impostos sobre o Lucro	(1.418)	2.602	-	-
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>3.961</b>	<b>(5.138)</b>	<b>(202)</b>	<b>(151)</b>

A Companhia assumiu a obrigação de pagar um valor adicional (“*Earn-out*”) aos vendedores das participações societárias por ela adquiridas na SISTAC e na SEASAFE, desde que preenchidas determinadas condições relacionadas ao desempenho das Investidas. Em 2021 a provisão de *Earn-Out* foi revertida uma vez que a transação foi concluída e não há mais valores a pagar aos vendedores (O saldo de *Earn-Out* a pagar era de R\$ 4.818 em 31 de dezembro de 2020).

### 11. Intangível

Segue no quadro abaixo a movimentação dos saldos consolidados de intangível no período:

	Software	Contratos	Good Will	Good Will	Total
	5 anos	5 anos	"SISTAC"	"SeaSafe"	
Vida útil média em anos					
Custo Histórico	3.383	27.322	19.009	3.633	53.347
Amortização Acumulada	(2.420)	(21.856)	-	-	(24.276)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>963</b>	<b>5.466</b>	<b>19.009</b>	<b>3.633</b>	<b>29.071</b>
Aquisições no período	944	-	-	-	944
Amortização do exercício	(439)	(5.466)	-	-	(5.905)
Custo Histórico	4.327	27.322	19.009	3.633	54.291
Amortização Acumulada	(2.859)	(27.322)	-	-	(30.181)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.468</b>	<b>-</b>	<b>19.009</b>	<b>3.633</b>	<b>24.110</b>
Aquisições no período	1.050	-	-	-	1.050
Amortização do exercício	(730)	-	-	-	(730)
Custo Histórico	5.377	27.322	19.009	3.633	55.341
Amortização Acumulada	(3.589)	(27.322)	-	-	(30.911)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.788</b>	<b>-</b>	<b>19.009</b>	<b>3.633</b>	<b>24.430</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imobilizado

A movimentação do período dos ativos imobilizados da companhia está demonstrada a seguir:

	<u>Máquinas, Aparelhos</u>	<u>Equipamentos de Mergulho</u>	<u>Embarcações</u>	<u>Docagem</u>	<u>Guinchos Pull-in Pull-out</u>	<u>IFRS 16</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Vida útil media em anos	10 anos	5 anos	20 anos	2,5 anos	10 anos	2 anos	5 a 10 anos	
Custo Histórico	54.075	73.891	66.368	10.086	7.477	1.958	18.306	232.161
Depreciação Acumulada	(14.931)	(21.488)	(17.283)	(3.223)	(4.317)	(869)	(9.070)	(71.181)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>39.144</b>	<b>52.403</b>	<b>49.085</b>	<b>6.863</b>	<b>3.160</b>	<b>1.089</b>	<b>9.236</b>	<b>160.980</b>
Movimentação em 2020								
Aquisições no período	5.954	9.008	9	3.892	1	-	630	19.494
Depreciação exercício	(6.819)	(19.497)	(3.180)	(3.143)	(801)	(626)	(2.024)	(36.090)
Baixas (Custo)	(33)	(5.549)	-	-	-	-	(224)	(5.806)
Baixas (Depreciação)	12	5.092	-	-	-	-	10	5.114
Transferências	-	-	-	-	-	(131)	-	(131)
Custo Histórico	59.996	77.350	66.377	13.978	7.478	1.827	18.712	245.718
Depreciação Acumulada	(21.738)	(35.893)	(20.463)	(6.366)	(5.118)	(1.495)	(11.084)	(102.157)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>38.258</b>	<b>41.457</b>	<b>45.914</b>	<b>7.612</b>	<b>2.360</b>	<b>332</b>	<b>7.628</b>	<b>143.561</b>
Movimentação em 2021								
Aquisições no período	2.936	987	276	370	-	469	1.412	6.450
Depreciação exercício	(6.052)	(11.739)	(4.098)	(2.993)	(796)	(149)	(1.967)	(27.794)
Baixas (Custo)	-	(1)	(3)	(328)	-	-	(9)	(341)
Baixas (Depreciação)	-	-	1	63	-	-	2	66
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo Histórico	62.932	78.336	66.650	14.020	7.478	2.296	20.115	251.827
Depreciação Acumulada	(27.790)	(47.632)	(24.560)	(9.296)	(5.914)	(1.644)	(13.049)	(129.885)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>35.142</b>	<b>30.704</b>	<b>42.090</b>	<b>4.724</b>	<b>1.564</b>	<b>652</b>	<b>7.066</b>	<b>121.942</b>

A Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução ao valor recuperável.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos e Financiamentos

A Companhia não possui qualquer linha de crédito não utilizada. Os empréstimo e financiamentos foram captados pela SISTAC com o objetivo de financiar a expansão projetada para as atividades da mesma. Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são integralmente denominados em reais brasileiros.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

		Prazo final	Encargos médios a.a	Consolidado	
				31/12/2021	31/12/2020
Banco Santander	Kgiro <sup>(a)</sup>	2021	2,35%+CDI	-	2.325
Banco Santander Luxemburgo	Lei 4131 <sup>(b)</sup>	2022	2,75%+CDI	5.690	19.770
Banco Santander	Lei 4131 <sup>(c)</sup>	2022	2,85%+CDI	9.977	26.391
Caixa Econômica Federal	Kgiro <sup>(d)</sup>	2024	3,29%+CDI	18.000	9.445
Banco Santander	FGI <sup>(e)</sup>	2023	9,65%	6.917	10.000
Banco Bradesco	Kgiro <sup>(f)</sup>	2023	4,41%+CDI	20.127	15.244
Banco ABC	Kgiro <sup>(g)</sup>	2024	4,30%+CDI	7.904	5.000
				<b>68.615</b>	<b>88.175</b>
(-) Depósito em garantia				(5.713)	(2.000)
<b>Total</b>				<b>62.902</b>	<b>86.175</b>
<b>Total circulante</b>				<b>47.041</b>	<b>55.554</b>
Vencimento entre 1 e 2 anos				-	25.791
Vencimento entre 2 e 3 anos				15.861	4.830
<b>Total não circulante</b>				<b>15.861</b>	<b>30.621</b>

A movimentação em 2021 e 2020 dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>86.175</b>	<b>61.580</b>
Captação	33.650	52.000
Deposito em garantia <sup>(f)</sup>	(4.213)	(1.500)
Liberação de conta garantia <sup>(c)</sup>	500	892
Provisão de juros	6.011	4.090
Pagamento de principal	(52.831)	(26.930)
Pagamento de juros	(6.390)	(3.957)
<b>Saldo Final</b>	<b>62.902</b>	<b>86.175</b>

Alguns contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras, que são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Em alguns dos contratos as cláusulas de restritivas se referem a indicadores financeiros das demonstrações consolidadas da SISTAC.

Em seguida descrevemos as características de cada contrato assim com as cláusulas restritivas dos mesmos.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Empréstimos e financiamentos (Continuação)

a) O empréstimo Banco Santander (Capital de giro) foi constituído em 29 de dezembro de 2017, com depósito em garantia de R\$2.610 e cessão fiduciária de conta vinculada, na qual determina o trânsito mensalmente pelo menos R\$ 600. Contém cláusula restritiva, na qual a razão entre Dívida Financeira Líquida / EBITDA a ser apurado anualmente, deverá ser igual ou menor que 2,0x, durante o prazo de vigência do contrato. Em dezembro de 2019, foi assinado aditivo liberando parte do depósito em garantia no valor de R\$ 1.218, restando um saldo em títulos e valor mobiliários de R\$ 1.392, registrado como títulos e valores mobiliários. Em janeiro de 2020, foi assinado novo aditivo liberando parte do depósito em garantia, no valor de R\$ 892, restando um saldo em títulos e valor mobiliários de R\$ 500 e alterando a razão entre Dívida Financeira Líquida / EBITDA para menor ou igual a 2,5x, a ser apurado anualmente. Os índices financeiros descritos na cláusula restritiva são referentes aos saldos consolidados da SISTAC. Em dezembro de 2021 o empréstimo foi completamente quitado e o saldo do depósito em garantia foi totalmente liberado.

b) O empréstimo Banco Santander Luxemburgo, foi constituído em 18 de abril de 2019, tratasse de financiamento fundamentado na Lei nº 4131, tem como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de prestação de serviços firmado junto à Petrobras, via Portal Progredir. Contém ainda cláusula restritiva a razão entre Dívida Financeira Líquida / EBITDA, a ser apurada anualmente, deverá ser igual ou menor que 2,5x, medidos com base no balanço anual consolidado. Os índices financeiros descritos na cláusula restritiva são referentes aos saldos consolidados da SISTAC.

c) O empréstimo Banco Santander Lei 4131, foi constituído em 26 de julho de 2019, fundamentado na Lei nº 4131, compartilha com o empréstimo anterior, a garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de prestação de serviços firmado junto à Petrobras, via Portal Progredir. Contém ainda cláusula restritiva a razão entre Dívida Financeira Líquida / EBITDA, a ser apurada anualmente, deverá ser igual ou menor que 2,5x, medidos com base no balanço anual consolidado. Os índices financeiros descritos na cláusula restritiva são referentes aos saldos consolidados da SISTAC.

d) O empréstimo CEF (Capital de giro), tem como avalista a Blue Ocean e como garantia a cessão de saldo em aplicação financeira da própria Caixa Econômica Federal, na forma de *cash collateral*, no limite de 15% do saldo devedor da operação. Contém ainda obrigação contratual determinando o trânsito médio mensal de R\$ 2,5 milhões de recebíveis da Petrobras, apurados semestralmente. Esta linha de crédito foi substituída em março de 2021 por uma linha que passou a exigir R\$ 5.000 de recebíveis da Petrobras, apurados semestralmente.

e) O empréstimo Banco Santander (FGI), trata-se de linha de crédito tomada dentro do Programa Emergencial de Acesso a Crédito, baseado na lei nº 14.042 de 19 de agosto de 2020, permitindo a cessão de crédito com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES. Não houve constituição de garantias por parte da Companhia.

f) O empréstimo Banco Bradesco (Capital de giro), tem como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de prestação de serviços firmado junto à Petrobras, via Portal Progredir. Em 2021 houve um reperfilamento da linha que incluiu uma nova captação e constituição de cash colateral no valor R\$ 2.909. Contém ainda cláusula restritiva a razão entre Dívida Financeira Líquida / EBITDA, a ser apurada anualmente, deverá ser igual ou menor que 2,5x, medidos com base no balanço anual consolidado.

g) O empréstimo com Banco ABC (Capital de giro), tem como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de prestação de serviços firmado junto à Petrobras, via Portal Progredir.

	SISTAC	
	2021	2020
<b>Dívida líquida / EBITDA <sup>(h)</sup></b>	<b>1,4</b>	<b>1,7</b>

h) Relativa as demonstrações financeiras consolidadas da investida SISTAC.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Obrigações Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, deve-se principalmente a constituição de provisão para dissídio.

Os saldos de obrigações trabalhistas da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Provisão de férias	12.573	13.085
Remunerações a pagar	11.183	7.635
Provisão de bônus de performance	4.013	3.463
Encargos de folha a pagar	16	659
Contribuição sindical a pagar	18	14
<b>Total</b>	<b>27.803</b>	<b>24.856</b>

### 15. Contas a Pagar a Fornecedores

O saldo de contas a pagar a fornecedores representa as obrigações da Companhia decorrentes das compras de equipamentos operacionais, materiais, equipamentos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os saldos de contas a pagar a fornecedores da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fornecedores nacionais	-	76	3.270	3.584
Fornecedores estrangeiros	-	-	437	760
Provisões de contas a pagar	1	-	2.031	2.628
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>76</b>	<b>5.738</b>	<b>6.972</b>
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>-</b>	<b>76</b>	<b>3.707</b>	<b>4.344</b>
<b>Outras Contas a Pagar</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>2.031</b>	<b>2.628</b>

### 16. Adiantamentos de Despesas

Referente a adiantamentos a fornecedores e funcionários para pagamento de despesas futuras e despesas pagas antecipadamente a apropriar. Os saldos de adiantamentos estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Adiantamento a fornecedores nacionais	1.250	768
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	1.231	1.750
Prêmios de seguros a apropriar	1.386	1.085
Outras despesas antecipadas a apropriar	251	325
Adiantamentos a funcionários	540	315
<b>Total</b>	<b>4.658</b>	<b>4.243</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Impostos a Recolher e a Recuperar

Os saldos de impostos a recolher e a recuperar da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IR e CS sobre Faturamento	-	-	13.196	16.549
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	84	2.087
IRRF sobre Aplicações Financeiras	173	173	286	260
PIS & COFINS a Recuperar	-	-	125	125
ISS a Recuperar	-	-	103	103
INSS a Recuperar	-	-	3.712	1.503
Outros Impostos a Recuperar	-	-	560	170
<b>Impostos a Recuperar</b>	<b>173</b>	<b>173</b>	<b>18.066</b>	<b>20.797</b>
PIS & COFINS a Recolher	-	-	3.130	1.656
ISS a Recolher	-	-	315	131
IRRF sobre Folha de Pagamento	-	-	1.810	1.650
Impostos Retidos de Fornecedores	1	-	313	63
Outros Impostos a Recolher	-	-	278	-
<b>Impostos a Recolher</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>5.846</b>	<b>3.500</b>

### 18. Provisão para Contingencias

A Companhia é parte em processos trabalhistas, tributários e administrativos. As provisões devem ser constituídas para todos os processos para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a SISTAC é parte em 2 processos judiciais trabalhistas (um processo relacionado a horas extras e outro processo relacionado a pedido de indenização por danos decorrentes de acidente de trabalho), para os quais a probabilidade de perda foi estimada como provável, pelo montante de R\$ 20 (R\$ 171 em 31 de dezembro de 2020). A movimentação da provisão esta demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>171</b>	<b>171</b>
Provisões	-	-
Reversões	(151)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>20</b>	<b>171</b>

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia é parte em 31 processos judiciais (1 processo tributário: relacionado a imposto de renda e 30 processos trabalhistas: 16 relacionados a horas extras, 6 relacionados a incidentes ocorridos, 3 relacionado a adicional em folha de pagamento, 2 relacionados a danos morais, 2 relacionados ao atendimento mínimo de cotas legais e 1 relacionado a reenquadramento sindical), os quais a probabilidade de perda foi estimada como possível, pelo montante de R\$ 19.661 (R\$ 6.786 em 31 de dezembro de 2020).

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**19. Patrimônio Líquido****19.1. Capital Social**

A Companhia foi constituída em 30/11/2015 com a subscrição de 1.000 ações pelo valor de R\$ 1 mil.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2015 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 156.599,1 mil, emitindo 156.599.100 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2016 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 370 mil, emitindo 370.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de julho de 2016 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 250 mil, emitindo 250.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2019 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 930 mil, emitindo 930.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2019 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 930 mil, emitindo 930.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em 5 de maio de 2020 os acionistas aportaram o montante de R\$ 800 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais foram capitalizados por meio da AGE de 1º de março de 2021 no qual a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 1.400, emitindo 1.400.000 novas ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 800 mil, emitindo 800.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da companhia é composto como segue:

<u>Data da Assembleia</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital Social</u>
30 de novembro de 2015	1.000	1
21 de dezembro de 2015	156.599.100	156.599
18 de abril de 2016	370.000	370
29 de julho de 2016	250.000	250
18 de setembro de 2019	930.000	930
1º de março de 2021	1.400.000	1.400
30 de dezembro de 2021	800.000	800
<b>Total</b>	<b>160.350.100</b>	<b>160.350</b>

**19.2. Destinação do Resultado**

A destinação dos resultados da Companhia em 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Reserva de Retenção de Lucros do período anterior</b>	<b>(5.538)</b>	<b>3.586</b>
Distribuição de dividendos de períodos anteriores	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	7.038	(11.795)
Reserva legal <sup>(a)</sup>	(75)	2.671
<b>Reserva de Retenção (Prejuízos Acumulados) no fim do período</b>	<b>1.425</b>	<b>(5.538)</b>

a) Em 2020 a Companhia utilizou o saldo de reserva legal para absorver parte do prejuízo do exercício.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Receita Líquida de Serviços

As operações da Companhia estão preponderadamente mantidas com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, por meio de contrato de prestação de serviços, que representam em 31 de dezembro de 2021 aproximadamente 88% da receita bruta (94% em 31 de dezembro de 2020).

A reconciliação entre a receita bruta por atividade e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Mergulho	156.399	154.464
Embarcação	62.426	58.158
Mergulho profundo	44.083	35.720
<i>Pull-in / Pull-out</i>	15.188	20.111
Escalada	16.399	17.940
Manutenção de guincho	-	1.728
ROV	3.541	156
Outros	20	-
<b>Receita Bruta de Vendas e Serviços</b>	<b>298.056</b>	<b>288.277</b>
(-) Impostos Incidentes Sobre Receita <sup>(a)</sup>	(33.541)	(32.667)
<b>Receita Líquida</b>	<b>264.515</b>	<b>255.610</b>

a) Os impostos incidentes sobre as receitas de atividades da Companhia são os ISS, PIS e COFINS.

### 21. Resultado Financeiro Líquido

A composição do resultado financeiro da Companhia está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	1.028	237
Atualização de Depósito <i>Escrow</i>	-	85	-	85
Variação Montearia	-	-	2.710	312
Outras Receitas Financeiras	-	-	17	102
<b>Receita Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>85</b>	<b>3.755</b>	<b>736</b>
Juros sobre Empréstimos	-	-	(5.860)	(4.118)
Gastos com Captação <sup>(a)</sup>	-	-	-	-
Despesas de Juros e Mora	(2)	(4)	(552)	(1.325)
Variação Cambial	-	-	(768)	(509)
Tarifas Bancárias	(1)	(1)	-	(718)
Outras Despesas Financeiras	-	-	(904)	(237)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(3)</b>	<b>(5)</b>	<b>(8.084)</b>	<b>(6.907)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(3)</b>	<b>80</b>	<b>4.329</b>	<b>(6.171)</b>

a) Em 2018 a Companhia tinha por objetivo a aquisição de uma empresa do mesmo ramo da Sistac. Para esse intento foram contratados o Bradesco BBI e Itaú BBA para estruturação de colocação e distribuição de debêntures. Em 2019 a Companhia decidiu não continuar com o projeto de aquisição da Oceânica e desmontou o processo de colocação de debêntures, sendo assim os agentes financeiros repassaram para Companhia as despesas financeiras incorridas do início da estruturação das debêntures até a desmobilização.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Custos e Despesas Operacionais

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia se encontram demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Gastos com pessoal	(29)	(29)	(166.322)	(180.681)
Depreciação e amortização <sup>(a)</sup>	-	-	(28.716)	(39.031)
Serviços contratados	(208)	(309)	2.214	(4.964)
Custos de materiais aplicados	-	-	(18.849)	(13.382)
Condomínio, locações e arrendamento	-	-	(13.979)	(11.052)
Outros custos gerais	-	-	(8.334)	(6.504)
Gastos com viagens e estadias	-	-	(10.033)	(6.896)
Multa contratual	-	-	-	(2.676)
Comunicação	-	-	(135)	(255)
Materiais de consumo	-	-	(82)	(120)
Outros impostos e taxas	-	(1)	(996)	(109)
Publicações	-	-	(8)	(92)
Energia elétrica	-	-	(56)	(51)
Curso, treinamentos e seminários	-	-	(113)	(27)
Combustível, pedágio e estacionamento	-	-	(5)	(17)
Refeições e lanches	-	-	(24)	(3)
Seguro de vida	-	-	-	(4)
Multas	-	-	(27)	(5)
Contribuições sindicais	-	-	(68)	(2)
Provisões para contingencias	-	-	151	-
Provisão para perda de valor de estoque	-	-	-	(3)
Reversão de provisões	4.817	-	(140)	-
Outras despesas comerciais	-	-	(22)	(41)
Outras despesas administrativas	-	-	(2)	(16)
Outras despesas operacionais	-	-	(857)	(747)
Outras receitas operacionais	-	-	2.285	2.325
<b>Total</b>	<b>4.580</b>	<b>(339)</b>	<b>(256.486)</b>	<b>(264.350)</b>
<b>Custo dos Produtos Vendidos</b>	-	-	<b>(229.672)</b>	<b>(235.810)</b>
<b>Despesas Comerciais</b>	-	-	<b>(167)</b>	<b>(5.556)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(237)</b>	<b>(339)</b>	<b>(25.588)</b>	<b>(22.768)</b>
<b>Despesas Gerais</b>	-	-	<b>(3.344)</b>	<b>(2.541)</b>
<b>Outras receitas e despesas líquidas</b>	<b>4.817</b>	-	<b>7.101</b>	<b>2.325</b>

a) Liquido de créditos PIS/COFINS sobre depreciação.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A taxa efetiva de imposto difere da taxa nominal, principalmente pela consideração de despesas não dedutíveis para fins fiscais e diferenças temporárias, conforme segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Resultado antes de IR e CSLL</b>	<b>8.457</b>	<b>(14.948)</b>
<b>Diferenças temporárias - adições</b>		
Provisão para bônus e dissídio	11.480	9.435
Provisão para multa contratual	-	-
Outras despesas não dedutíveis	1.676	1.690
	<b>13.156</b>	<b>11.125</b>
<b>Diferenças temporárias - exclusão</b>		
Reversão provisão de contingência	(151)	-
Reversão multa contratual	-	(1.031)
Reversão de bônus e dissídio	(6.863)	(7.014)
Outras despesas dedutíveis	(1.404)	-
Outras reversões	-	(1.277)
	<b>(8.418)</b>	<b>(9.322)</b>
<b>Diferenças permanentes - adição e exclusão</b>		
<i>Transfer price</i>	-	-
Bônus diretoria	477	367
Amortização de mais-valia	1.298	6.762
Outras despesas permanentes	(1.597)	(281)
	<b>178</b>	<b>6.848</b>
<b>Base de calculo</b>	<b>13.373</b>	<b>(6.297)</b>
Alíquota IRPJ e CSLL (Taxa Nominal)	34%	34%
<b>IR e CSLL Corrente</b>	<b>4.547</b>	<b>(2.141)</b>
PAT (Programa de alimentação do trabalhador)		-
IR e CSLL Corrente	(3.029)	-
IR e CSLL Diferido	1.611	2.602
<b>IR e CSLL (Total)</b>	<b>(1.418)</b>	<b>2.602</b>
Taxa Efetiva		17%

A Sistac possui impostos diferidos ativos registrados sobre prejuízos fiscais e sobre diferenças temporárias. Pelo histórico de lucro tributável, manutenção de contratos com clientes e conforme projeção de resultados futuros da Companhia, a expectativa é de todo o saldo dos créditos tributários seja realizado nos próximos exercícios. A movimentação de 2021 e 2020 do imposto diferido ativo no período está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>4.939</b>	<b>2.337</b>
Provisões	1.611	2.602
<b>Saldo Final</b>	<b>6.550</b>	<b>4.939</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Partes Relacionadas

Adicionalmente, a Sistac possui salas comerciais de propriedade de acionais minoritários alugadas. Essas são a sede da mesma.

#### 24.1. Remuneração dos administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros) e pro-labore. O total de benefícios de curto prazo pagos aos Administradores em 2021 foi de R\$ 2.948 (R\$ 2.047 em 2020).

#### 24.2. Programa de remuneração baseado em ações

A Assembleia Geral Extraordinária a Sistac aprovou em 30 de dezembro de 2016, a criação do Plano de Opções de Compra de Ações, programa de incentivo de longo prazo de compra de ações, com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações das ações da Companhia.

O mencionado plano consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, outorgadas ao executivo, Beneficiário do programa, a determinado preço de exercício por ação -ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em período ou prazo de exercício.

Na data do exercício do direito as ações alienadas ao Beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição.

O plano prevê ainda, que, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. Dessa forma, ocorre a diluição do capital da Companhia de forma proporcional à quantidade das novas ações subscritas.

O beneficiário do Plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de cada uma das datas de maturação (*vesting*) do plano, podendo exercer o direito de compra até a data de expiração do referido direito (8 anos contados após 30 de dezembro de 2016, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações entre os Executivos contemplados pelo Plano e a Sistac).

O beneficiário possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional a participação societária detida, mas tem o dever de venda conjunta (*drag along*), podendo a Companhia nesse caso exigir a venda da posição detida pelo beneficiário.

A cada outorga, o executivo elegível tem o direito de adquirir as ações vendidas pelo preço de exercício atualizado até a data de aquisição das ações outorgadas.

A quantidade de opções de compra e o preço de exercício são estabelecidos conforme Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado entre os Executivos e a Sistac.

De acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações foi autorizado a concessão do direito de compra da totalidade de 169.931 ações com o preço de exercício de R\$ 61,25 por ação, corrigido pelo IPC-A desde 30 de dezembro de 2016, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações até a data da efetiva subscrição ou compra, conforme o caso. As informações sobre os programas estão abaixo descritas:

#### **Plano de Opção de Compra de Ações**

**Quantidade de Opções Outorgadas aos Participantes:** 169.931

**Preço de Exercício:** R\$ 61,25

**Correção do Preço de Exercício:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 30 de Dezembro de 2016 até a data de exercício da opção de compra.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24. Partes Relacionadas (Continuação)****24.2. Programa de remuneração baseado em ações (Continuação)****Prazo para Exercício das Opções**

(a) Até 30 de Setembro de 2017, o participante não poderá exercer as opções

(b) A partir de 01 de Outubro de 2017 até 30 de Setembro de 2018, o participante poderá exercer até 12,5% das opções.

(c) A partir de 01 de Outubro de 2018 até 30 de Setembro de 2019, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 37,5% das Ações.

(d) A partir de 01 de Outubro de 2019 até 30 de Setembro de 2020, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 62,5% das Ações.

(e) A partir de 01 de Outubro de 2020 até 30 de Setembro de 2021, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 87,5% das Ações.

(f) A partir de 12 de Outubro de 2021, o participante poderá exercer até 12,5% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 100,0% das Ações.

<u>Data da Maturação</u>	<u>Quantidade das Ações Outorgadas</u>	<u>Correção no preço do exercício</u>	<u>Data de vencimento (expiração)</u>
A partir de 01/10/2017	21.241	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2018	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2019	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2020	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2021	21.241	IPCA	31/12/2024
<b>Total</b>	<b>169.931</b>		

**Mensuração do valor justo**

A mensuração foi realizada através do Método da Simulação de Monte Carlo para a precificação de opções de ações, considerando que a ação segue um processo aleatório predeterminado. Como o direito de exercício pode ser exercido a qualquer momento entre a data inicial de exercício e a data de expiração do direito, as opções em questão são do tipo americana. Portanto, o modelo mais adequado para a precificação das mesmas é o Método de Simulação de Monte Gado aplicado sobre o preço do Ativo, que segue um processo estocástico predefinido. Segue abaixo as premissas adotadas na determinação do valor justo das opções:

**Preço de Exercício:** R\$ 61,25 por ação**Duração (Vesting Period):** 8 anos**Taxa de Retorno Livre de Risco:** 5,91% - IPCA**Volatilidade Esperada (% aa):** 28,87%**Valor Justo Apurado das Opções em 2016:** R\$ 462.792,42

O valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 112, (R\$ 110 em 31 de dezembro de 2020), valores estes referentes ao *vesting period*.

Ao longo do exercício de 2020 houve a saída de um executivo que possuía direito às opções de compra de ação. No momento da saída, as opções de compra de ações válidas as quais este executivo possuía direito não foram exercidas. Tanto estas opções quanto as opções ainda à maturar, totalizando 128.736 opções de compra de ações, foram canceladas. Este movimento gerou uma reversão das provisões efetuadas no valor de R\$ 341.

Até a presente data as outorgas maturadas não foram exercidas pelos beneficiários indicados pelo Conselho de Administração. As opções dos programas acima somente poderão ser exercidas em caso de ocorrência de Alienação total das ações da Companhia a terceiros, ou na hipótese de venda de Controle da Companhia. A Administração da Companhia informa que não foram exercidas quaisquer opções.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Seguros

A companhia gere os seus riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade os riscos envolvidos em suas operações a orientação de seus consultores de seguros. Além disso a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

Os valores segurados em 31 de dezembro de 2021 é de:

<b>Ramo</b>	<b>Seguradora</b>	<b>Início Vigência</b>	<b>Fim Vigência</b>	<b>Valor Segurado</b>
Autofrota	Porto Seguro	Jan-21	Jan-22	100% Tabela FIP
Cascos marítimos	Axa	Out-21	Out-22	62.688
Patrimonial	Tokio Marine	Set-21	Set-22	55.920
RD equipamentos	Bradesco	Jul-21	Jul-22	413
Ambiental	Liberty	Mai-21	Mai-22	30.000
P&I <sup>(a)</sup>	ShipOwners	Dez-21	Dez-22	5.300.000
Responsabilidade civil geral	Chubb	Out-21	Out-22	39.000
Riscos de petróleo	Tokio Marine	Out-21	Out-22	50.500
Seguro empresarial	CEF	Jun-21	Jul-22	7.800

a) Valor segurado em dólares, retratado aqui em Reais como referência

# **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **Composição da Administração**

Mary Chaves Tenório  
Diretora Presidente  
CPF: 087.200.267-57

Monique Werlick Bravo Lima  
Contadora  
CRC: RJ-102269/O-9